

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano 38

nº 2

1995



Geopolítica da União Européia
Relações externas do MERCOSUL
Impactos da abertura econômica do Brasil
Brasil-Venezuela: nova integração
Multiculturalismo e política exterior do Brasil

A. Landau
M. A.-Medeiros
K.-W. Lege
D. S. Ramos
A. L. Cervo

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional

(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

© 1995 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. ISSN 0034-7329. Revista semestral. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

Editor: Amado Luiz Cervo
Editor Adjunto: Paulo Roberto de Almeida
Revisão: Danielly Silva Ramos, Antônio C. M. Lessa

Conselho Editorial: Antônio A. Cançado Trindade, Carlos Henrique Cardin, Celso Amorim, Celso Lafer, Hélio Jaguaribe, Luciana Silveira de A. e Frota, Luiz Augusto P. Souto Maior, Mario Rapoport, Moniz Bandeira, Paulo G. F. Vizentini, Rubens Ricupero, Sérgio G. Bath, Thomaz Guedes da Costa.

Assinatura anual: Brasil: R\$ 15; Exterior: US\$ 30
Assinatura de apoio: R\$ 100
Pagamentos: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
Conta nº 437.552-1, Banco do Brasil, Agência 3603-X

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Diretor Geral: José Carlos Brandi Aleixo
Diretoria: Alcides Costa Vaz, José Flávio Sombra Saraiva, Adolf Libert Westphalen

Sede: Universidade de Brasília
Edifício Multiuso I
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4602
70919-970 Brasília DF, Brasil
Tel.: (061) 348.2754

A abertura da economia brasileira e sua influência nas relações exteriores do Brasil

KLAUS-WILHELM LEGE*

"Quem quer que descreva o Brasil hoje descreve inconscientemente também o seu ontem. Apenas quem tem olhos para seu passado enxerga seu verdadeiro sentido"

Introdução

O presente trabalho sobre a abertura da economia brasileira e sua influência nas relações exteriores do país está baseado no estudo da literatura econômica mais recente e importante sobre o Brasil publicada na Alemanha. Paralelamente, leva em conta pesquisa realizada entre empresários alemães e alemães-brasileiros, de representatividade no Brasil, e gerentes gerais das Câmaras de Comércio e Indústria na Alemanha, na qualidade de representantes do empresariado alemão. Este estudo inclui também aspectos apresentados, principalmente pelos participantes alemães, durante o Simpósio Brasil-Alemanha, realizado de 17 a 19 de agosto de 1995, em São Paulo.

Embora neste estudo a influência da economia sobre as relações políticas externas seja observada basicamente sob perspectiva alemã, considerando-se o material de consulta utilizado, a sua dimensão pode também estender-se ao relacionamento econômico mantido pelo Brasil com outros países.

Para melhor entendimento da liberalização da economia brasileira no início da década de 1990 e suas conseqüências no âmbito da política exterior

Rev. Bras. Polít. Int. 38 (2): 59-98 [1995].

* Doutor em Economia pela Universidade de Bonn. Gerente Geral da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo e do Conselho Integrado das Câmaras Brasil-Alemanha.

foram lembrados aspectos históricos de importância para a compreensão tanto da situação atual quanto do desenvolvimento futuro.

1. A industrialização como meta da política econômica brasileira na segunda metade do século XX

A industrialização brasileira pode ser dividida em três grandes fases:¹

- de 1822 a 1930: o período de um processo de industrialização predominantemente “espontâneo” sobre a base financeira da produção de café, com seu arranque por volta da virada do século;
- de 1930 a 1990: o período da industrialização de “substituição de importações”, com instalação da primeira grande usina siderúrgica em Volta Redonda, como “impulso inicial”; seguido do surto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, o “pai da Revolução Industrial no Brasil”, antecipando o auge da política de industrialização baseada no “modelo brasileiro” de 1964 a 1984 e conseqüentemente o “milagre econômico brasileiro” na década de 1970;
- de 1990 até hoje (1995): o período da industrialização “voltada para o mercado mundial”.

O chamado modelo brasileiro de desenvolvimento econômico baseou-se numa política econômica voltada para a economia de mercado, orientada primordialmente para o crescimento do mercado interno, com considerável participação estrangeira e com uma posição flanqueada pelo Estado, composto por militares e tecnocratas na liderança política.² Esse modelo, designado como “nacionalismo brasileiro” ou “nacional-desenvolvimentismo” na literatura brasileira sobre política externa,³ levou a um desenvolvimento social fortemente desequilibrado, mas não a princípio marginalizante.⁴

No início de 1980, o modelo de desenvolvimento brasileiro entrou numa recessão, que acabou por mostrar que reformas neoliberais seriam inevitáveis.⁵ Amado Luiz Cervo, contudo, chama a atenção para o fato de que até então, de acordo com as estatísticas referentes ao desenvolvimento econômico, o “nacionalismo brasileiro” levou a um progresso maior do que qualquer liberalismo no Brasil.⁶

1.1. O início da alta industrialização

Desde o início dos governos militares em 1964, o Estado passou a intervir diretamente na vida econômica. No primeiro e no segundo planos econômicos,⁷ foram formuladas as principais metas de desenvolvimento, que depois foram sedimentadas nos mais diversos programas.⁸ Nos planos de desenvolvimento, coube uma importância especial à política tecnológica, à qual foi conferida grande importância também na Constituição de 1988.⁹

Em relação ao capital estrangeiro, necessário para a realização dos planos ambiciosos, Ernst Günther Lipkau esclarece naquela época, que “a lei sobre o capital estrangeiro, modificada em 1964, é a base para toda a atividade de investidores não brasileiros. Essa legislação delimitou o campo para essa atividade e estabeleceu regras para o jogo que, também do ponto de vista do empresário estrangeiro, são reconhecidas como estando no legítimo interesse do Brasil.”¹⁰

1.1.1. A indústria siderúrgica como impulso inicial

A industrialização sistemática foi o principal objetivo da política econômica brasileira durante longos períodos entre 1930 e 1995. O sucesso dessa meta está baseado em grande parte na primeira grande siderúrgica brasileira, a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, construída durante a Segunda Guerra Mundial, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.¹¹

Segundo Celso Furtado, o processo de industrialização no Brasil iniciou-se já em meados do século XIX, simultaneamente em quase todas as regiões do país e já com modernas manufaturas têxteis, tendo sido acelerado durante a Primeira Guerra Mundial.¹² Entretanto, a maioria das máquinas empregadas nesse processo só terminou de ser importada no final da Segunda Guerra Mundial.

Todavia a base para a industrialização de qualquer país é uma indústria própria de bens de capital,¹³ baseada numa indústria siderúrgica própria que faltava no Brasil até ser construída, com ajuda americana, durante a Segunda Guerra Mundial, a primeira grande usina siderúrgica do país. Além disso, faltava sobretudo energia industrial, que durante o primeiro século e meio a partir da Revolução Industrial era gerada basicamente pelo carvão industrial, que não é encontrado no Brasil.¹⁴

“A história da indústria brasileira do ferro e, mais tarde, do aço é antiga: já no século XVI se produzia ferro no Brasil e, com a ajuda de especialistas estrangeiros, surgiram, sobretudo no século XIX e no início do século XX,

diversos fornos de fundição (...) e um primeiro alto-forno.”¹⁵ Só em 1921 é que foi construída no Brasil uma siderúrgica maior, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Sabará, no Estado de Minas Gerais.

A grande usina siderúrgica, construída em Volta Redonda com o financiamento americano de 1940, como “impulso inicial”, tornou-se uma espécie de símbolo nacional, com o qual se procurava mostrar que o Brasil podia construir uma indústria pesada.¹⁶ “Empréstimos e subvenções de todos os tipos fluíram dos EUA para o Brasil, que em 1941 construiu em Volta Redonda (...) uma grande siderúrgica, base para uma etapa de industrialização.”^{17/18}

1.1.2. A indústria automobilística como base

O “pai” do primeiro milagre econômico brasileiro¹⁹ ou da “Revolução Industrial brasileira” foi Juscelino Kubitschek. Apenas sob seu governo (1956–1961), é que a industrialização foi sistematicamente impulsionada com ajuda do capital estrangeiro, segundo o lema “50 anos em 5” (Plano de Metas).

Kubitschek chamou para o país o capital estrangeiro, que Getúlio Vargas reprovava ainda em 1954 em sua carta-testamento. Os investimentos estrangeiros foram admitidos a uma cotação do dólar alta, que beneficiava os investidores. Os produtos nacionais receberam proteção máxima através de altas taxas alfandegárias fixadas para os “similares” estrangeiros e da taxa de câmbio manipulada, enquanto as matérias-primas, máquinas, ferramentas e equipamentos para a construção de novas indústrias podiam ser importados com tarifas alfandegárias mínimas ou com isenção de taxas. “Ele preservou a criatividade do homem brasileiro, dirigiu sua energia e dinamismo para objetivos concretos, alcançando na política econômica e no desenvolvimento planejado um sucesso definitivo e irrevogável.”²⁰

Nesse período, os grandes investimentos incidiam sobre a indústria automobilística, com base numa decisão do governo Vargas do ano de 1952; mais tarde, em tempos de crise, essa indústria também representaria a base para um salto no desenvolvimento econômico brasileiro.

1.2. O período da substituição de importações

A política econômica protecionista iniciada no Brasil em meados do século XIX com o desenvolvimento das manufaturas que, contudo, não foi capaz de acelerar a industrialização extremamente lenta, foi novamente abandonada

na segunda metade do século. O efetivo arranque da industrialização brasileira ocorreu na virada do século.²¹ Sua base foi essencialmente a necessidade de “substituição das importações” em virtude da desvalorização da moeda nacional, ocasionada pela superprodução de café e pelo colapso do comércio exterior durante a Primeira Guerra Mundial. No período entre as guerras, a política de substituição de importações foi “nacionalizada”, isto é, passou a ser realizada por razões político-econômicas. “Seu representante político foi o ditador (1930 a 1945) e depois Presidente (1951 a 1954) Getúlio Vargas.”²² Com ele, começa também a história do Brasil moderno.

O impulso para a industrialização veio essencialmente das proporções catastróficas da crise do café e da forma como os interesses da economia cafeeira – consciente ou inconscientemente – eram protegidos. “Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados.”²³

1.2.1. O milagre econômico brasileiro até a crise do petróleo – o problema secular da falta de energia industrial

O auge da política de industrialização foram os anos 70. Eles foram marcados pelo desenvolvimento que é designado na literatura econômica como “milagre econômico brasileiro” (propriamente dito) e que teve suas bases na reorganização de todo o sistema econômico e financeiro durante o governo militar de Castelo Branco (1964-1967). As leis xenófobas da época de João Goulart foram alteradas, estimulando-se assim novos fluxos de capital estrangeiro. De modo geral, a nova política econômica fez surgir um forte crescimento econômico “com um aumento ainda mais rápido do endividamento externo.”²⁴ Nesse período, pôde ser verificado novamente um grande surto de investimentos do exterior, especialmente de empresas de médio porte.

Apenas as crises do petróleo de 1974 e 1979, suscitadas pela drástica elevação dos preços do cartel internacional dos países produtores, associadas à elevação do nível internacional dos juros entre 1979 e 1982 e às restrições ao crédito após o endividamento excessivo do México em 1982 (“crise da dívida externa”) bem como ao fenômeno concomitante da recessão econômica mundial, acarretaram, no início da década de 1980, sérios abalos no crescimento econômico brasileiro,²⁵ deixando claro o problema original de toda a economia brasileira: o enorme impasse energético causado pela falta de carvão industrial e pela necessidade de importação de, inicialmente, até 81% do total de petróleo consumido no país.²⁶ “Talvez a característica mais singular de sua história

econômica seja o fato de que sempre faltará ao Brasil a melhor força motriz do momento, e ele precisará importá-la – nos primeiros séculos, os braços humanos, no século XIX, o carvão e, no século XX, a gasolina.”²⁷ Nos produtos do monopólio agrícola, contudo, a falta de energia industrial era compensada pela “fertilidade da terra, pela facilidade do plantio, pela primitividade do processo de produção”.²⁸

A eclosão da crise da dívida externa é o início de um profundo processo de adaptação às modificações no fluxo internacional de capitais. “A *armadilha do endividamento* na qual o Brasil caiu significou, mais do que incapacidade de pagamento por falta de divisas, o ponto final da estratégia de industrialização através da iniciativa estatal com financiamento predominantemente externo.”²⁹

1.2.2. *A problemática do fechamento do mercado ao final do século XX*

Sob o lema “o Brasil aos brasileiros”, o Presidente Getúlio Vargas já exercia uma política econômica nacionalista, formulada nas Constituições de 1934 e de 1937 e complementada pelas respectivas leis sobre as primeiras reservas de mercado.³⁰

Nas décadas seguintes ficou claro que a política de substituição de importações – que nada mais é senão a política protecionista praticada no século anterior pelos países que estavam se industrializando – no século XX, leva a conseqüências catastróficas sobre o desenvolvimento tecnológico. Para o *status* e para as chances de desenvolvimento econômico de um país, é decisivo hoje não apenas que ele se liberte do papel de fornecedor de matérias-primas, tornando-se capaz de competir no mercado internacional de bens industriais, mas também que crie, além disso, as condições para desenvolver sua própria tecnologia.³¹

O mesmo que se pode dizer sobre a substituição de importações vale também para as reservas de mercado, com o agravante de que aqui o desenvolvimento econômico é ainda mais inibido pela exclusão do capital estrangeiro nos investimentos nesses setores. Assim, a tentativa de construir uma indústria independente no setor de informática com o seu fechamento para determinados campos da moderna eletrônica “encareceu excessivamente o mercado brasileiro e resultou na oferta de produtos tecnicamente ultrapassados.”³²

2. Reformulação da política econômica, com o objetivo da integração do Brasil na economia mundial, no início da década de 1990

No início da década de 1990, o Brasil começou a acompanhar a tecnologia de ponta internacional e entrou no desenvolvimento industrial dinâmico. Assim caracterizou Manfred Wöhlcke a economia brasileira até este período: “O Brasil encontra-se num nível médio de industrialização. A dinâmica da industrialização brasileira baseia-se fundamentalmente na contribuição externa na forma de tecnologia e capital.”³³ A forte dependência externa e a falta de sintonia da sua oferta de produtos com as necessidades da massa da população possuem efeitos prejudiciais sobre o processo industrial. Aqui apenas o confronto direto com as condições do mercado mundial poderá criar estruturas econômicas melhores a longo prazo.

A política econômica deve criar as condições para uma concorrência internacional baseada no desempenho. “A política econômica e financeira do presidente Collor de Mello e seu avançado perfil na política externa, incluindo a descontraída cooperação com os EUA, fortaleceram visivelmente desde 1990 o prestígio e a confiabilidade do Brasil como dinâmico país emergente.”³⁴

2.1. *O início da abertura econômica*

Desde o período colonial, a economia brasileira possuía uma estrutura mais sintonizada com os interesses das metrópoles econômicas mundiais e de seus representantes na colônia do que com as necessidades da própria população. Também a industrialização ocorreu sob condições de dependência externa.³⁵

Segundo verificações recentes de Hartmut Gaese, os países que têm “os maiores êxitos de industrialização e de crescimento são os que mais fortemente estão orientados para o comércio exterior, enquanto aqueles que perseguem uma estratégia voltada para o mercado interno, para assim obter uma industrialização pela via da substituição de importações, são os que apresentam taxas de crescimento visivelmente mais baixas.”³⁶

2.1.1. *O fim dos modelos econômicos planejados e a abertura do mercado para a modernização da economia brasileira*

O clima de expectativa neoliberal, que se esboçava mundialmente no

final da década de 1980 com a rápida derrocada dos países socialistas, de economia planificada com administração central, levou também o Brasil a repensar sua política econômica.

Como o Brasil, graças ao processo de democratização e à sua política latino-americana, havia saído com um saldo positivo da crise da década de 1980,³⁷ agora também era possível repensar a fundo a política do comércio exterior, para a qual dois conceitos distintos se defrontavam, um deles defendido por economistas neoliberais ortodoxos, que reivindicavam uma liberalização geral das importações, aceitando apenas vantagens comparativas de custos, e o conceito de uma liberalização seletiva e paulatina das importações, por meio de um plano que “fosse desenvolvido com base na análise do potencial efetivamente previsível de reação das indústrias existentes e das condições para o desenvolvimento de novos núcleos industriais”, que não sobrecarregasse as empresas na fase de adaptação e que desse tempo suficiente às indústrias para o necessário processo de aprendizagem, abrangendo com isso uma política industrial ativa.³⁸

As novas idéias foram postas em prática – sem contudo uma base teórica bem definida – a partir de 1990 pelo Presidente Fernando Collor (1990-1992). Ele levou a cabo a abertura do mercado contra fortes resistências da indústria, mas – como mais tarde se evidenciou – depressa demais para assegurar naquele momento a competitividade dos produtos brasileiros em relação ao mercado mundial.

Para amenizar este efeito, o governo Collor de Mello flanqueou a abertura do mercado junto com a indústria brasileira num programa para a elevação da qualidade e da produtividade, de modo que com o passar do tempo a eficiência das empresas brasileiras aumentou significativamente, alcançando, em alguns setores, o nível mundial. “Entre 1990 e 1994, a produtividade aumentou mais de 25% em média, o que significa um ritmo muito mais acelerado do que durante a década de 1980.”³⁹ Enquanto em 1991 apenas 18 empresas brasileiras estavam registradas na *International Standards Organization* com certificados ISO 9000, até o final de 1995 esse número deverá ser superior a 1.000.

“Contudo, o nível tecnológico do processo de produção na indústria como um todo é reduzido, sendo inevitável intensificar os investimentos em modernas instalações; sem esses investimentos, o sucesso dos esforços pela modernização como um todo torna-se duvidoso.”⁴⁰ Para esta modernização, uma contribuição importante está em vias de ser dada através de uma proteção adequada à propriedade intelectual.

O objetivo prioritário de Collor de Mello, bem como o de seus dois

sucessores, foi o combate à inflação – provocada pelo financiamento do orçamento público através da expansão monetária – que chegou a 81% no mês de sua posse.⁴¹ A esse objetivo político-econômico deveriam se subordinar todas as outras políticas econômicas.

A redefinição da função do Estado foi inicialmente também um componente do projeto de reforma econômica para o combate à inflação, que havia sido estimulada pela crise da dívida externa no início da década de 1980.⁴² Paralelamente a dívida externa brasileira foi renegociada, em 1992, e o país foi reintegrado ao mercado financeiro internacional, de modo que as linhas de crédito começaram a se normalizar e os fluxos de investimento a crescer.

“Em face das extremas oscilações inflacionárias e das abruptas mudanças no rumo da política econômica, as empresas brasileiras, nos últimos 15 anos, mostraram-se extraordinariamente flexíveis e capazes de adaptação e não seria possível compreender por que também não o seriam no futuro, quando não se tratar mais de sobreviver a catástrofes, mas sim de aproveitar chances.”⁴³

2.1.2. Os problemas da economia externa provocados pela necessidade de combate à inflação

Enquanto a política de combate à inflação “com apenas um tiro” do Presidente Collor de Mello não teve o sucesso almejado, a política do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, com a implantação do “Plano Real”, em 1º de julho de 1994, teve êxito. Este plano foi, fundamentalmente, levado a cabo através do atrelamento da nova moeda nacional ao dólar e, portanto, através de taxas cambiais elevadas e de uma política de juros altos com créditos caros. As duas últimas medidas tiveram efeitos recessivos.

As conseqüências negativas do combate à inflação sobre o comércio e a indústria ficaram especialmente evidentes na exportação. A supervalorização da moeda nacional dificultou a formação de preços internacionalmente competitivos. E os juros altos impediram qualquer tipo de financiamento à exportação, o que é decisivo para a venda de bens de investimento. Também tiveram um efeito complicador os impostos incluídos nos bens de exportação, que tinham que ser repassados através dos preços.

Quanto às importações, o combate à inflação também teve efeitos sensíveis sobre o setor. Assim, foram praticadas limitações tarifárias e não-tarifárias à importação com vistas à redução do consumo, algumas em prazo extraordinariamente curto, de modo que as repentinas variações de tarifas e contingenciamentos da importação trouxeram insegurança aos setores econômi-

cos por elas atingidos. Com o controle das importações através de contingenciamento, contudo, a competitividade estrangeira ficou reduzida; por outro lado, a importação de matérias-primas e equipamentos para a continuidade do processo de industrialização pôde ficar relativamente barata.⁴⁴

A rápida abertura do mercado sobretudo ocasionou lacunas de informação desde o Legislativo até o último funcionário da alfândega, de modo que a importação de máquinas, por exemplo, recebia uma taxa menor do que a dos componentes necessários para a produção das mesmas máquinas no Brasil.

2.1.3. *As reformas constitucionais para o aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil*

A abertura econômica do Brasil, cujo efeito estimulante sobre o mercado interno foi restringido pela prioridade do combate à inflação, foi flanqueada em 1995 pela reforma concernente à parte econômica da Constituição. Fizeram parte dessa reforma, principalmente, a equiparação entre o capital estrangeiro e o nacional e a redução do monopólio estatal nas suas diversas formas e nos diversos âmbitos da economia brasileira. O êxito dessa reforma constitucional, contudo, dependerá da promulgação de leis complementares.

Através da equiparação do capital estrangeiro, facilita-se o fechamento de acordos de garantia e fomento a investimentos, para que pequenos e médios investidores não sejam mais desencorajados a engajamentos de risco no Brasil. A igualdade no tratamento de empresas com capital estrangeiro e brasileiro significa, além disso, a abertura do mercado para investimentos estrangeiros em setores até agora reservados apenas aos brasileiros, como a mineração.

A eliminação das reservas de mercado na Constituição, como, por exemplo, a permissão para a participação do capital estrangeiro na navegação fluvial e costeira e a adoção de novas leis não-discriminatórias ao estrangeiro, como a promulgação da lei da informática no ano de 1992, deverão acelerar também o desenvolvimento econômico brasileiro criando uma base sólida para tanto.

A privatização também é um componente da abertura de mercado da economia brasileira desde 1990. Através dela, eliminam-se não apenas tendências inflacionárias provocadas pelos prejuízos das companhias estatais, como também são dados novos impulsos para o desenvolvimento econômico dessas companhias. Os primeiros sucessos já se fazem notar na indústria siderúrgica, no setor de adubos e na petroquímica.

Nas privatizações realizadas até agora, entretanto, as empresas estran-

geiras tiveram apenas uma participação mínima.⁴⁵ As privatizações iminentes atingirão principalmente o setor de prestação de serviços, como empresas de telecomunicações e energia, bem como bancos. Como é de se esperar um desenvolvimento bastante dinâmico precisamente na área da prestação de serviços e como a interdependência entre esse setor e o setor industrial vem se intensificando, podem ser obtidos efeitos sinérgicos – também para as empresas estrangeiras – através da participação nas empresas de prestação de serviços que serão privatizadas. Isso também vale para a aquisição de concessões estatais no setor de infra-estrutura, cuja rápida transferência é, de resto, uma das condições para um processo de crescimento da economia brasileira.

Resumindo, a economia brasileira é no início da abertura, por volta de 1990, uma economia de mercado, na qual a consciência social e ecológica está crescendo.

De conformidade com a evolução econômica nos principais países do mundo, a prática de substituição de importações foi liberada, mas foi introduzida, em contrapartida, uma política industrial para corrigir distorções na industrialização brasileira, que o neoliberalismo não comporta.

Intimamente ligado à industrialização no Brasil está presente o capital estrangeiro, que não somente deu o impulso inicial, com a usina siderúrgica de Volta Redonda, mas que é também o “padrinho” da “Revolução Industrial” no Brasil, com grandes investimentos na indústria automobilística. Além disso, o capital estrangeiro é altamente importante para o fluxo contínuo de tecnologia e para a formação profissional dos trabalhadores.

2.2. *O período de intensificação da formação de blocos econômicos*

Nos últimos anos, vem surgindo uma série de blocos regionais de base econômica. Trata-se de países de uma mesma região, inicialmente com objetivos de política comercial. O processo mais avançado de uma cooperação e integração regionais é o dos países da União Européia.

O objetivo de um mercado interno comum é criar um espaço econômico maior, através do qual aumentem os investimentos e o crescimento das empresas, bem como se ampliem suas perspectivas de concorrência. Isso leva normalmente a um impulso de concentração que reduz as desvantagens de escala das empresas regionais e cria condições mais estáveis de demanda.

Os blocos econômicos beneficiam-se também de *non-trade gains* com base em acordos nos mais diversos âmbitos de cooperação, como, por exemplo, na melhoria da proteção ao trabalho e ao meio ambiente ou na legislação sobre

a propriedade intelectual. A dinâmica econômica é fortalecida pelo fato de que o fluxo de capital, bens e prestação de serviços fica assegurado institucionalmente. “Os projetos de cooperação e integração regionais, porém, não podem substituir os esforços pelo desenvolvimento nacional.”⁴⁶

O Brasil sempre atuou nas duas direções. Enquanto o “modelo brasileiro” se preocupava com o desenvolvimento interno do país, ele defendia, ao mesmo tempo, o multilateralismo, cuja forma mais expressiva é a cooperação com blocos econômicos.

2.2.1. A integração do Brasil no MERCOSUL

A abertura da economia brasileira foi franqueada pela criação de um bloco econômico na região sudeste da América do Sul, o MERCOSUL. Os planos para esse bloco vão desde uma zona de livre comércio, a partir de 1991 (Tratado de Assunção), passando por uma união aduaneira, até uma comunidade econômica.⁴⁷ No início, foi gradualmente reduzido o imposto de importação para os países membros do MERCOSUL, chegando a zero a partir de 1º de janeiro de 1995 (Tratado de Ouro Preto), quando também se estabeleceu um imposto comum de importação para terceiros países.⁴⁸

O sucesso desse bloco econômico pode ser medido pelo volume de negócios em acentuado crescimento entre os países parceiros, em especial entre os dois países industrializados, Brasil e Argentina, bem como pelo grande interesse do Chile e da Bolívia em se unirem ao bloco. “A orientação do MERCOSUL em direção a uma união alfandegária está (...) no rumo certo. O rápido aumento do comércio intra-regional também comprova isso.”⁴⁹ Esse dinâmico desenvolvimento do comércio também acarreta projetos de investimento no Brasil que se voltam para o mercado ampliado.

2.2.2. A aproximação aos blocos econômicos da América do Norte e da Europa

Nos últimos tempos é incentivado pela abertura brasileira, o MERCOSUL tornou-se atraente para a zona de livre comércio norte-americana, o NAFTA,⁵⁰ e para a União Européia. O MERCOSUL está em negociações com os dois blocos econômicos do hemisfério Norte; em relação ao NAFTA, fala-se de uma adesão direta e, com a União Européia, inicialmente de melhores *terms of trade*.

“A regulamentação do mercado agrícola da União Européia continua sendo um obstáculo para os exportadores latino-americanos (...). A imagem européia na região ressentiu-se disso, e isso numa fase em que o continente se abre para a economia mundial e escolhe seus parceiros para o futuro.”⁵¹ Por enquanto, a Comissão da União Européia aspira a um acordo geral com o MERCOSUL sobre as futuras relações comerciais e sobre uma cooperação econômica.

Como os objetivos políticos mais importantes dos países do MERCOSUL estão em harmonia com os dos blocos econômicos do Atlântico Norte, a saber,

- a garantia dos direitos humanos,
- o fortalecimento das instituições democráticas,
- a estabilização das condições macroeconômicas,
- o desenvolvimento das áreas de investimento, levando em conta as questões sociais e ambientais,

uma maior aproximação é uma opção interessante para todos os lados, que pode, também, consolidar a abertura da economia brasileira.⁵²

2.2.3. Incentivo ao comércio sul-sul com a África Austral

Não é de se excluir, com a política de abertura econômica do Brasil, num futuro próximo, também um comércio mais intenso entre o Brasil e o MERCOSUL e os países do sul da África. Daí poderia surgir uma comunidade do Atlântico Sul.

Verificações empíricas com respeito a uma industrialização tardia permitem perceber que ela provoca uma crescente “necessidade de importação de bens de capital e aparentemente também de bens de consumo de alto nível técnico” e, além disso, faz aumentar o volume de exportações.⁵³ Por isso, os países do Atlântico Sul também deveriam – de modo semelhante aos países industrializados, que incentivam projetos de investimentos em países-parceiros – realizar investimentos mútuos para a elevação de seu volume comercial. Esse procedimento vem sendo ativamente apoiado pelo Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty).⁵⁴

3. A política externa brasileira como política governamental orientada pela economia

De um modo bem genérico, deve-se entender a política externa como a tentativa de defender os interesses nacionais da melhor maneira possível dentro dos limites estabelecidos pelas circunstâncias internacionais. Isso significa que se espera da política externa uma atuação proativa, através do apoio e do incentivo das políticas dos diferentes ministérios a serem representados no exterior e junto às organizações internacionais, como, por exemplo, a política para a paz, a política econômica, a política cultural, etc.

As diretrizes para a política externa brasileira são estabelecidas pelo Presidente da República, que nomeia o ministro das Relações Exteriores. A forte posição do Presidente é contrabalançada no Ministério por uma equipe de diplomatas que zelam pela coerência e pela continuidade, mesmo que o ministro das Relações Exteriores não provenha de suas fileiras. Dessa maneira, a previsibilidade da política externa do país é relativamente grande.⁵⁵ Esse momento de ajustes é também importante para o Brasil porque é um país de formação cultural e de industrialização recentes.

O Brasil só se tornou uma nação dotada de vida intelectual autônoma após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, causada pelo bloqueio continental de Napoleão. A condição de nação industrial o Brasil só ascendeu pela construção da primeira grande siderúrgica (CSN), ocasionada pela campanha de Hitler no norte da África, em 1941.^{56/57}

A “tolerância inata do brasileiro”, que sempre se afirmou no decorrer de sua história, tem seus reflexos na política externa. “O Brasil foi a única das nações ibéricas a não conhecer sangrentas perseguições religiosas, aqui nunca arderam as fogueiras da Inquisição, em nenhum outro país os escravos foram tratados de forma relativamente mais humana. Mesmo suas revoltas internas e mudanças de governo ocorreram quase sem derramamento de sangue.”^{58/59} Daí o forte comprometimento com a política da paz e dos direitos humanos no contexto geral da política externa do Brasil.

Embora exista na política externa uma relação tradicional – ainda que desequilibrada – com os Estados Unidos, que sem dúvida respeitam o Brasil enquanto poder regional e fator de estabilidade, o Brasil sempre manteve uma boa relação também com a Europa e uma relação quase sempre amigável – se deixarmos de lado a Segunda Guerra Mundial – com a Alemanha,⁶⁰ que é, depois dos EUA, o principal parceiro do Brasil entre as nações industrializadas.⁶¹

As ligações da política externa com a economia aparecem mais clara-

mente durante o governo Costa e Silva, que mobilizou a diplomacia brasileira para a ampliação do mercado de exportações, sobretudo de produtos acabados. Nesse período, também foram assinados tratados para cooperação científica e tecnológica com diversos países.⁶² Manfred Wöhlcke faz a seguinte análise: “A política externa brasileira tornou-se mais independente e *pragmática* – pode-se dizer também: *mais oportunista* – e orienta-se cada vez mais por interesses político-econômicos do que ideológicos ou relativos à política de segurança”. Isso “leva a uma espécie de política de gangorra”,⁶³ como a que se manifestou, por exemplo, na política para o Oriente Próximo após a crise do petróleo.

A atual política externa do país, totalmente pragmática, está orientada no sentido de auferir vantagens econômicas, bem como fortalecer a influência do Brasil na política mundial,⁶⁴ para se tornar uma potência importante no Terceiro Mundo.⁶⁵ Essa política externa, originada do “nacionalismo brasileiro” ou “nacional-desenvolvimentismo”, deve ser entendida como uma reação ao predomínio das grandes potências e não tem tendências isolacionistas e muito menos agressivas, mas, sim, a meta de desmontar obstáculos na integração do Brasil à economia mundial.⁶⁶

3.1. De fornecedor mundial de matérias-primas a potência política

Em sua fase inicial, o Brasil foi basicamente fornecedor de matérias-primas para o mundo. Com o grande sucesso na monocultura agrícola, quase “contrapôs qualquer processo de industrialização,”⁶⁷ e começou a se distanciar de Portugal nas áreas econômica e externa.

Stefan Zweig descreveu este desenvolvimento como segue: “Assim como foi no século XVII com o açúcar e, no século XVIII, com o ouro e os diamantes, o século XIX também teve seu milagre da súbita ascensão através do café. Depois do ciclo do açúcar, o ouro branco, do ciclo do verdadeiro ouro, iniciasse com o café o ciclo do ouro marrom, que depois veio a ser substituído por um curto período pelo ciclo do ouro líquido, a borracha – uma marcha triunfal sem par. Com o café, durante todo século XIX e adentrando o século XX, o Brasil conseguiu um monopólio mundial absoluto.”⁶⁸

A posição dominante da agricultura na economia brasileira foi mantida até a década de 1950, quando a ela se sobrepôs a fase “nacionalista” de substituição de importações, em curso desde 1930. A partir de 1955 está em andamento a fase da industrialização dinâmica e dependente,⁶⁹ isto é, “a Revolução Industrial brasileira”, baseada principalmente na indústria automobilística implementada em 1954 por empresas alemãs.⁷⁰

3.1.1. Campeão mundial pela força muscular: ciclos econômicos de matérias-primas

Como já foi salientado, a industrialização, devido principalmente à falta de energia, passou ao largo do Brasil por mais de 150 anos, situação esta que Stefan Zweig esclarece com as seguintes palavras: “O Brasil – impedido em seu desenvolvimento pelas proibições de Lisboa – perdeu o trem da Revolução Industrial, que ao final do século XVIII começava a transformar profundamente nosso mundo.”⁷¹ Além disso, faltava “na prodigiosa e quase completa lista de seus minérios e rochas (...) justamente o combustível que foi decisivo para o século XIX como substância motriz: o carvão.”⁷²

Mesmo assim, desde o início de sua colonização, o Brasil já havia sido campeão mundial no campo econômico, isto é na extração de matérias-primas na medida em que não faltavam braços para isso. Foi assim com o pau-brasil, com o açúcar, com o ouro e com as pedras preciosas, com a borracha e o café. No início desses ciclos econômicos, a força muscular dos índios era restrita, sendo mais tarde reforçada pelo grande contingente de escravos negros e, a partir de meados do século XIX, pelos imigrantes europeus nas plantações de café, que formaram a base para a política da industrialização, a partir da década de 1930, que resultou finalmente na política externa do nacional-desenvolvimentismo.

3.1.2. Empreendedor nas tecnologias nuclear, espacial e de armamentos

Com a industrialização a partir da década de 1930, o Brasil passa a se movimentar em novas dimensões da política mundial. Com a construção de uma indústria de aviação própria e os primeiros passos rumo à astronáutica, penetrou em campos exclusivos do Primeiro Mundo. Essa indústria desenvolveu-se na década de 1980 como a maior produtora de aviões do Terceiro Mundo.⁷³ Mais recentemente foram dados outros passos na astronáutica, como, por exemplo, o acordo sobre pesquisas espaciais e a construção de satélites, assinado com a China no ano de 1992.

O tratado assinado em 1975 para a construção de usinas nucleares através de fornecedores da Alemanha (Acordo Nuclear Brasil-Alemanha) permitiu ao Brasil adquirir conhecimentos práticos sobre a utilização pacífica da energia nuclear, que significou mais um passo para a entrada no grupo dos países industrializados.⁷⁴ Gerhard Jacob, contudo, põe em dúvida que tenha sido alcançada uma autonomia no campo da energia nuclear.⁷⁵ Desde 1991, existe uma cooperação no campo da tecnologia nuclear também com a Argentina.

O Brasil também fabrica sistemas bélicos. Ao lado dos EUA, como tradicional fornecedor de armas, o Brasil desenvolveu uma cooperação com países e empresas da Europa Ocidental⁷⁶ para possibilitar a transferência de tecnologia e a concessão de licenças para a implementação de uma produção bélica própria. No contexto da crise econômica da década de 1980, contudo, os meios financeiros necessários para a manutenção de uma competitividade internacional não puderam mais ser fornecidos, de modo que no início da década de 1990, apesar da ampla diversificação ocorrida nos últimos tempos, encontra-se em crise a indústria brasileira de armamentos. Também em virtude dos gastos relativamente baixos do Brasil com armamento próprio, o crescimento desse setor não atingiu as proporções de um complexo militar-industrial.⁷⁷

3.1.3. Soberano no Atlântico Sul

A situação geopolítica do Brasil facilita o surgimento de aspirações no sentido de um *mare nostrum* para o Atlântico Sul.⁷⁸ Mas, no passado, a política do *apartheid* na África do Sul impôs ao Brasil uma posição de reserva neste assunto.

Pelo menos em uma primeira fase, poderia ocorrer um intercâmbio econômico maior entre Brasil e MERCOSUL e os países da África Austral, especialmente com a maior nação dessa região, a África do Sul, depois do fim da política do *apartheid* em 1994. “Com a consolidação do MERCOSUL e com a ampliação do bloco econômico até a costa ocidental da África, da Guiné-Bissau até a África do Sul, esse oceano pode se converter cada vez mais num *mare internum*, num *Mediterrâneo vital*, que possibilitará a integração do complexo (África Ocidental e América do Sul).”⁷⁹ Com isso, a antiga relação norte-sul seria complementada por um eixo sul-sul do hemisfério sul com uma zona de cooperação do Atlântico Sul, à qual o Brasil já aspira desde há muito.⁸⁰

3.1.4. Candidato ao status de “potência mundial emergente”

Sob a democracia restrita dos militares a partir de 1964, existia de forma limitada um pensamento geopolítico, que se expressava, por exemplo, na construção de rodovias estratégicas ou no incentivo à construção de usinas nucleares. Assim, o Presidente Médici (1969-1974) operava predominantemente com categorias como “Brasil potência emergente” e “ingresso do Brasil no mundo desenvolvido”, bem como “política do exclusivo interesse nacional.”⁸¹ Essas ambições de desenvolvimento e de poder, contudo, eram,

pelo menos naquela época, pouco realistas,⁸² considerando-se que as ambições hegemônicas do Brasil na região dos países latino-americanos “remon-tam mais profundamente à história brasileira e à história do pensamento de suas elites a respeito dos processos histórico-políticos.”⁸³

Assim, Manfred Wöhlcke defende a opinião de que, num futuro previsível, o Brasil não desempenhará nenhum papel significativo na política internacional fora da América Latina. Essa avaliação baseia-se em duas premissas: a primeira de que, considerando-se a estrutura do sistema internacional, é bastante improvável que um “retardatário” possa se tornar uma potência de liderança mundial, e a segunda de que as perspectivas econômicas como condição para um papel de potência mundial parecem no caso do Brasil ainda insuficientes.^{84/85} Contudo, o Brasil está procurando alcançar uma autonomia maior dentro da correlação internacional de forças,⁸⁶ libertando-se da posição de país terceiro-mundista e tornando-se, enquanto “potência mundial emergente”, um parceiro confiável quando se tratar de interesses complementares, sobretudo econômicos.

Neste contexto, Lothar Kraft chama a atenção para o fato positivo, de que o Brasil, mesmo ainda não sendo um dos atores globais decisivos e ainda oscilando entre a condição de país em desenvolvimento e de nação industrializada, “encontra-se num processo dinâmico mas instável de transformação rumo a mais democracia, estado de direito, abertura para a economia de mercado, modernização orientada pelo desempenho, contudo, com grandes tensões e desequilíbrios internos.”⁸⁷

Wolfgang Schoeller, finalmente, prevê, que o avançado crescimento industrial no Brasil levará a uma aproximação paulatina ao perfil de renda e de consumo dos países da OCDE. “Esse desenvolvimento, que é possível com base no potencial industrial existente sobre as bases de uma democracia parlamentar consolidada, do ponto de vista da República Federal da Alemanha, é desejável não apenas por considerações políticas, como também econômicas.”⁸⁸

Fecha-se desta maneira o ciclo de desenvolvimento econômico do Brasil, que havia iniciado como um país subdesenvolvido, mas que depois mostrou força como fornecedor de matérias-primas com base na monocultura agrícola, nos séculos passados. O país desenvolveu-se, deixando de lado a força muscular, que deu os primeiros grandes impulsos econômicos, e passou a desempenhar, a partir dos anos 1970, o papel de empreendedor em energia nuclear, astronáutica e sistemas bélicos, todos estes ramos da alta tecnologia da relativamente nova indústria brasileira.

Hoje, como maior força econômica do Atlântico Sul, o Brasil se revela

candidato ao *status* de “potência mundial emergente”, livrando-se da posição de terceiro-mundista. Assim, reúne condições adequadas para se integrar de forma mais incisiva na economia mundial através da sua política externa, que pode agora fazer uso de sua “potência política”, que foi economicamente consolidada nos últimos anos.

3.2. *A influência da integração do Brasil à economia mundial sobre seus objetivos políticos internacionais*

Desde a abertura da economia brasileira, a partir de 1990, o Brasil tem procurado se integrar cada vez mais à economia mundial sem, contudo, apresentar um novo conceito de política externa que venha a substituir o “nacionalismo brasileiro”.⁸⁹

Todavia parece ter sido reconhecido que quem não participar ativamente do processo de integração corre o risco de marginalização. Os sinais para a futura ordem, segundo Lothar Kraft, são:

- globalização e cooperação regional,
- integração e orientação ao mercado mundial,

“considerando os indispensáveis esforços de monitoramento através das negociações no GATT (OMC).”⁹⁰

O Primeiro-Ministro da Alemanha, Chanceler Helmut Kohl, foi mais claro em 24 de outubro de 1991, quando falou perante o Congresso Nacional em Brasília sobre a aspiração política de “os países latino-americanos se unirem, peça por peça, passo a passo, e então a Europa unificada de um lado e uma união dos países latino-americanos de outro, poderem chegar a uma ligação e a uma associação duradoura. Isso está de acordo, entre outras coisas, com as grandes tradições culturais que unem nossos povos um ao outro.”⁹¹

Como objetivos políticos internacionais do Brasil, destacam-se na literatura atual, publicada após a abertura econômica, o seu possível papel como representante dos países em desenvolvimento e sua aspiração a uma participação permanente no Conselho de Segurança da ONU, além de seu possível papel de porta-voz da América Latina na União Européia, bem como de propulsor da integração econômica latino-americana.

3.2.1. *Representante dos países em desenvolvimento*

Nas décadas de 1950 e 60, podia-se perceber na política externa

brasileira um papel incipiente do país como representante mundial dos países em desenvolvimento.⁹² Com o empobrecimento cada vez maior desses países e com a subsequente perda de possibilidades de exportação de produtos brasileiros a isso relacionada, o Brasil abandonou quase completamente esse papel.

Em seu lugar, o Brasil procurou, através de Portugal e também diretamente, ampliar as relações com as ex-colônias portuguesas Angola e Moçambique e, dessa maneira, criar uma espécie de comunidade luso-brasileira, um grupo cuja liderança o Brasil gostaria de exercer.⁹³ Essa política para uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa vem sendo praticada ativamente pelo Brasil desde 1993;⁹⁴ está também em harmonia com os esforços para a concretização de uma zona de cooperação no Atlântico Sul.

3.2.2. Membro do Conselho Permanente de Segurança da ONU

Os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU estão em posição vantajosa em relação aos outros membros, que se alternam em turnos por terem direito a veto. Com a reforma do Conselho de Segurança, a Alemanha e o Brasil, entre outros países, reivindicaram uma cadeira permanente nesse órgão. Essa reivindicação, que já fora feita pelo Brasil quando da criação da ONU,⁹⁵ justifica-se, no momento da reforma da Organização, sobretudo pelo fato de que dessa maneira ele estaria representando também a América Latina.

Luiz Alberto Moniz Bandeira acredita, que, “em virtude de sua situação estratégica, o Brasil tenha um peso especial no hemisfério sul, (...) ao qual compete uma cadeira permanente com direito a veto nesse organismo internacional.”⁹⁶

3.2.3. Porta-voz da América Latina na União Européia

Embora muitos brasileiros considerem principalmente Portugal como trampolim para a Europa, com a Alemanha como membro forte da União, o Brasil teria a possibilidade de representar com sucesso também o interesse de outros países de sua região na União Européia, o que, sob o aspecto da concorrência por parte do NAFTA, a zona norte-americana de livre comércio, também poderia ser considerado desejável pela Alemanha,^{97/98} além disso, a Alemanha está disposta a defender oficialmente os legítimos interesses dos seus parceiros latino-americanos na União Européia.⁹⁹

Assim, a Comissão da União Européia, durante a presidência alemã no

Conselho em 1994, decidiu se empenhar por um acordo geral sobre a cooperação comercial e econômica com os países do MERCOSUL, que deverá vigorar a partir do ano 2001, para posteriormente, numa segunda fase, chegar a uma liberalização geral das relações comerciais (zona de livre comércio). Além disso, a comissão quer oferecer aos países do MERCOSUL ajuda técnica para o processo de integração e fortalecer o diálogo político entre as duas regiões. Uma futura zona de livre comércio entre a União Européia e o MERCOSUL poderia constituir a maior associação econômica do mundo.

Sob o ponto de vista econômico, os países da União Européia possuem em seu conjunto um peso para o Brasil semelhante ao dos EUA. A “opção européia” é o resultado de uma diversificação inteligente da política externa e da economia do Brasil, sem questionar fundamentalmente as relações com os EUA. “Os EUA, portanto, não serão substituídos como parceiros político e econômico, mas sim acrescentam-se outros importantes parceiros; isso vale especialmente para a Europa, mas vale também para o Japão, que no aspecto econômico está para o Brasil numa posição logo abaixo da República Federal da Alemanha.”¹⁰⁰

3.2.4. Propulsor da integração econômica da América Latina

O Brasil, como um continente dentro do continente, possui condições e também está disposto a assumir a função de motor para a integração econômica latino-americana; a abertura da economia contribui para isso. Também é favorável o fato de a América Latina ser uma das regiões mais pacíficas do mundo.¹⁰¹

“Assim como a Alemanha representa a força propulsora e o maior peso da unidade européia, algo semelhante vale para o Brasil em relação ao MERCOSUL, e é dentro desse contexto que os dois países deveriam entender (...) a condução do processo de decisão de sua política externa.”¹⁰²

Os objetivos brasileiros no âmbito interamericano convergem para a defesa de uma solidariedade continental com os países norte e sul-americanos, da não intromissão em assuntos internos dos outros países, bem como da solução pacífica de conflitos potenciais. Além disso, o Brasil aspira de modo bastante evidente ao reconhecimento de sua importância como potência no hemisfério ocidental.¹⁰³ O que se enfatiza com isso é que o Brasil está empenhado, para além da participação numa zona de livre comércio sul-americana,¹⁰⁴ em contribuir ativamente para a criação de uma *Free Trade Area of the Americas* – FTAA até o ano de 2005.¹⁰⁵

O recente impulso que deu a política externa do Brasil na direção da integração no mercado mundial tem origem na abertura econômica do país. Já que se desfez do seu papel de defensor dos países em desenvolvimento – que teve seu momento mais significativo há duas décadas na procura de novos mercados para os seus produtos recém-industrializados – com o contínuo empobrecimento daqueles países, o Brasil, nos últimos anos, tem procurado o mercado de língua portuguesa com a possibilidade de ampliação para uma zona de cooperação do Atlântico Sul. A função do Brasil como porta-voz da América Latina na União Européia depende inteiramente dos parceiros latino-americanos, uma vez que economicamente o país possui condições para isso. Exercendo o papel de propulsor da integração latino-americana, devido às suas proporções, o Brasil deveria também participar do Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente.

3.3. *A política externa brasileira como meio para a promoção do desenvolvimento econômico*

“Uma característica marcante da política externa brasileira é a continuidade de sua função como meio para a promoção do desenvolvimento econômico.”^{106/107}

A política externa brasileira pode ser subdividida em três longas fases, a saber:

- de 1822 a 1889: a fase do Império, com uma relativa independência perante as grandes potências e uma orientação predominante voltada à Europa;
- de 1889 a 1960: a fase de transição da economia agrária para a industrialização, com uma mudança de orientação da Europa para os EUA (aliança estratégica) com a correspondente dependência econômica;
- de 1960 a 1990: a fase de desenvolvimento para país emergente, com o sonho de se tornar uma grande potência autônoma e o declínio de seu modelo de desenvolvimento na década de 1980, bem como uma atitude ambivalente em relação aos EUA.¹⁰⁸

Portanto, nas relações do Brasil com outros países e com organizações internacionais, a política econômica tem primazia e outras, por exemplo as relações culturais e militares, têm um papel subordinado. Isso não impede que alguns dos princípios da política externa brasileira sejam permanentemente

defendidos, como é o caso da autodeterminação dos povos, da coexistência pacífica, do desarmamento e do controle armamentista, assim como do combate à pobreza.

Como resultado de sua pesquisa, Stefan A. Schirm chega, contudo, à conclusão de que as relações internacionais do Brasil, em grande parte, são menos expressão de um planejamento próprio do que o resultado de processos internos e externos,¹⁰⁹ assunto que é visto na literatura brasileira referente à história econômica de forma mais diferenciada.¹¹⁰

3.3.1. *Mudança de rumo na política externa devido a alterações das condições econômicas*

Por diversas vezes ocorreram alterações na política externa, uma vez que o sistema político no Brasil nunca foi totalitário – mesmo durante os governos militares – ainda que por vezes autoritário e repressivo. Vejamos como exemplo a relação com os EUA: nos primeiros anos da democracia dos oligopólios, de 1889 a 1930, e mais tarde sob o governo Kubitschek e ainda durante a democracia dos militares, a política externa brasileira esteve fortemente vinculada aos EUA. Um distanciamento manifesto existiu apenas com os Presidentes Jânio Quadros (1960-1961) e João Goulart (1961-1964). A política externa do governo de Costa e Silva (1967-1969) percorreu um caminho intermediário, que revelou um forte engajamento com o Terceiro Mundo; esse governo considerava a problemática norte-sul mais importante do que o conflito leste-oeste, arriscando nessa questão um confronto aberto com os EUA.¹¹¹

No início da década de 1960, a relação com os EUA foi vista de maneira mais crítica. Os Presidentes Jânio Quadros e João Goulart acusavam os EUA de não prestar ajuda suficiente ao desenvolvimento econômico do país, inibindo com isso o seu desenvolvimento.¹¹² Por isso, para ampliar o mercado de exportação, esses Presidentes buscaram parceiros alternativos no antigo Bloco Oriental e na América Latina.

A partir de 1964, visando sobretudo garantir a ajuda econômica americana, o governo de Castelo Branco tentou uma reaproximação com os EUA, através de uma aliança automática. Com isso a ajuda financeira internacional voltou a fluir para o Brasil e os investimentos privados chegaram ao país. Como se esperava mais ajuda do que a que era oferecida, a política perante os EUA foi novamente alterada já a partir do próximo Presidente (Costa e Silva). O Brasil fazia agora da política externa um instrumento para o seu desenvolvimento econômico através da política da “grandeza nacional”, que colocava o país numa

posição de igualdade perante os EUA. O objetivo de se tornar uma grande potência foi ainda mais intensamente perseguido pelo Presidente Médici no projeto "Brasil potência", apoiado no milagre econômico brasileiro. Somente com o Presidente Geisel (1974-1979), a política externa brasileira se tornou efetivamente uma política comercial bem-sucedida na África e nos países árabes.

A política externa ambivalente perante os EUA, que durou cerca de 30 anos até o final da década de 1980, oscilava entre a necessidade econômica e as pretensões políticas, o que manifestava um dualismo marcado por um perfil relativamente autônomo na política externa e na diplomacia e por uma perda parcial da soberania político-econômica.¹¹³

A partir de 1990, a atitude ambivalente perante os EUA foi abandonada e criou-se com bastante pragmatismo uma agenda positiva com os EUA, segundo a qual os interesses econômicos eram vistos como compatíveis. As razões para isso foram principalmente o declínio do modelo brasileiro de desenvolvimento – o que em boa parte foi causado no começo da década de 1980 pelos EUA, através de sua política de juros altos e da "crise da dívida externa" dos seus bancos – bem como o perigo da marginalização internacional com o surgimento de blocos econômicos, sobretudo o NAFTA, existente desde 1991. Com isso, também o MERCOSUL adquiriu uma nova dimensão como instrumento para uma integração ativa no mercado mundial.

3.3.2. *Sucessos e fracassos da política externa no esclarecimento e na divulgação da abertura econômica brasileira*

Pode-se deduzir da literatura em língua alemã sobre o desenvolvimento da economia brasileira e das relações externas que existe um grande interesse por informações e que as alterações tanto na economia quanto na política são observadas com atenção. Apesar da ausência evidente de um diálogo, os processos decisivos são em essência apresentados de maneira objetiva e a situação é sempre avaliada com imparcialidade.

A ligação entre economia e política externa não é vista apenas teoricamente, mas também é observada na prática, como a influência dos processos econômicos e das medidas político-econômicas sobre as ações da política externa, que então se sedimentam nas relações exteriores. Aqui a política externa parece representar apenas uma função intermediária, configurando-se mais como reação do que como ação efetiva.

De uma política externa proativa voltada para a promoção do desenvolvimento econômico, como a brasileira, pode-se esperar que ela tome iniciativas

para atrair investimentos estrangeiros no Brasil e que incentive as relações comerciais, quando isso for economicamente necessário e politicamente desejável, como é o caso a partir da abertura da economia.

De um modo geral, portanto, não deverá faltar *input* à política externa brasileira – eventualmente, porém, poderá faltar material para determinadas metas.

Tomando-se o exemplo da parceria brasileira com a Alemanha, pesquisou-se, em seguida, como se desenvolveu o intercâmbio econômico após a abertura da economia brasileira. Para esta finalidade verificou-se, através de estatísticas, como se comportaram o comércio exterior com a Alemanha e os investimentos alemães no Brasil. Este estudo limita-se às mais recentes publicações e tendências, expressas na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo.

A título de complementação foi feita, também, uma pesquisa de opinião, sobre a influência da abertura econômica na política externa do Brasil, entre presidentes de empresas alemãs-brasileiras e os mais altos representantes profissionais das Câmaras de Comércio e Indústria na Alemanha. Espera-se chegar a conclusões a respeito do comportamento empresarial atual (após a abertura) e futuro, considerando-se que o resultado da pesquisa na Alemanha depende, em primeiro lugar, do desempenho da política externa do Brasil.

3.3.2.1. *A economia alemã-brasileira depois da abertura econômica do Brasil*

Com cerca de um terço do total das importações alemãs da América Latina e com aproximadamente um quarto das exportações, o Brasil ocupa o primeiro lugar (1994; ordem de grandeza de aproximadamente DM 5 bilhões) no comércio exterior da Alemanha com esse continente.

Na balança comercial, a Alemanha manteve até recentemente o segundo lugar – depois dos EUA – com pouco menos de 10% do total das importações e das exportações, em ambos os casos. A Alemanha mantém essa posição já há mais de um século.

De acordo com o relatório de uma pesquisa do IFO (Institut für Wirtschaftsforschung) realizada em 1993, a Alemanha também poderá se beneficiar de uma crescente demanda de importações por parte dos países do MERCOSUL.¹¹⁴

Em relação à concentração de capitais, os investimentos da Alemanha no

Brasil (incluindo-se reinvestimentos e investimentos através de terceiros países) estão em segundo lugar—depois dos EUA—com US\$ 9,5 bilhões ou cerca de 15% do total dos investimentos estrangeiros no Brasil,¹¹⁵ o que é digno de especial consideração, pois essa afluência de capital ocorreu “depois da perda quase total por duas vezes de significativos investimentos alemães no Brasil, que remontam ao século passado.”¹¹⁶ O faturamento é estimado em cerca de US\$ 30 bilhões, o que significa uma porcentagem de 10% sobre o PIB industrial; esse volume é resultado da atividade de mais de 350.000 trabalhadores diretos na indústria alemã-brasileira.¹¹⁷ Em contrapartida, os investimentos brasileiros na Alemanha, com US\$ 74 milhões, representam uma quantia desprezível no conjunto da economia.¹¹⁸

As relações econômicas alemãs-brasileiras, também depois da abertura da economia brasileira, caracterizam-se pela continuidade e pela adaptação às modificações das condições internas e mundiais. Luiz Alberto Moniz Bandeira é de opinião que, “sendo responsável na mais ampla das medidas pela dinâmica econômica e política nos seus respectivos continentes, a Alemanha e o Brasil, de uma forma ou de outra, deverão revelar uma tendência a se apoiarem mutuamente”.¹¹⁹ Na cooperação técnico-científica,¹²⁰ o Brasil já é um dos parceiros mais importantes da Alemanha fora da Europa.¹²¹

Hartmut Sangmeister e empresários alemães no Brasil prevêm com a abertura econômica uma ampliação das relações econômicas no setor de prestação de serviços,¹²² sobretudo no caso de serviços financeiros especializados, assim como de tecnologia na logística. Especialmente para empresas alemãs de porte médio, o Brasil transformou-se num novo desafio empresarial, graças ao fim das reservas de mercado nas áreas da eletrônica e da tecnologia de medição e regulação. Empresas no Brasil com capital alemão estão completando a sua gama de produtos, sobretudo através da aquisição de outras fábricas brasileiras.

Com base nas facilidades de importação, desde a abertura econômica, diversas indústrias alemãs-brasileiras estão renovando seu parque de máquinas e efetuando investimentos em ampliações e racionalização; novos investimentos de maior envergadura baseados nas reformas econômicas estão sendo planejados, por exemplo, na indústria automobilística,¹²³ que pretende reduzir a sua amplitude de produção, o que levará os produtores de autopeças, 65% dos quais são de origem alemã, a obterem novas chances, sempre que possam garantir a qualidade e manter a competitividade dos seus preços.

Uma pesquisa de Peter Nunnenkamp e Jamuna P. Agarwal revela que, “enquanto o Brasil recebia, no começo da década de 1990, participações apenas marginais no fluxo global dos investimentos na América Latina, nos investimen-

tos líquidos da Alemanha na região, apesar de um visível recuo e de oscilações anuais consideráveis, sua participação era, na média, significativamente mais alta.”^{124/125}

Através das medidas no campo da racionalização, da produtividade e da qualidade tomadas pelas empresas alemãs-brasileiras em decorrência da abertura da economia do Brasil, uma série de empresas conseguiram penetrar no mercado mundial. Elas não apenas exportam para suas casas-matrizes, mas também competem no mundo inteiro; o fazem, contudo, sob condições mais difíceis, devido ao câmbio, aos impostos e às taxas a serem exportadas bem como à logística mais cara, característica do “Custo Brasil”.¹²⁶

3.3.2.2. Principais resultados da pesquisa sobre a influência da abertura econômica nas relações exteriores do Brasil

Em agosto de 1995, foi realizada uma pesquisa sobre a influência da abertura da economia brasileira nas relações exteriores do Brasil entre membros das diretorias e dos conselhos das três Câmaras de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, bem como entre os gerentes-gerais das 83 Câmaras de Comércio e Indústria da Alemanha, amostragem esta que pode ser considerada representativa do conjunto da economia alemã.

Em relação à abertura da economia brasileira, pode-se verificar que nem as empresas alemãs-brasileiras nem a diplomacia brasileira conseguiram chamar a atenção de amplos círculos empresariais na Alemanha para a nova política econômica do país. Isso fica especialmente claro nos resultados da pesquisa, que não demonstram qualquer melhoria significativa nas relações políticas externas no que diz respeito ao *standing* econômico do Brasil na Alemanha diante da abertura econômica. Esta abertura, entretanto, já é amplamente apoiada e reconhecida como extraordinariamente importante para o futuro do Brasil por parte expressiva do empresariado aqui instalado.

Nas respostas da Alemanha tampouco se pôde localizar medidas concretas por parte do serviço diplomático para atrair investimentos e ampliar o comércio exterior com o Brasil. Mesmo assim, alguns empresários alemães-brasileiros apontam para o fato de que, com a abertura econômica, foi estimulada a tendência para investir das empresas brasileiras com capital alemão.

A pouca ressonância na Alemanha deveu-se obviamente à falta de um sistema complementar de divulgação destas medidas da área econômica por parte do governo. Também na Conferência Latino-Americana da Economia

Alema de 1995, em Buenos Aires, verificou-se apenas que o profundo processo de reformas, em curso na América Latina desde o fim da década de 1980 e o início de 90, ainda é pouco conhecido pelo público alemão.¹²⁷

Das medidas da abertura econômica que mais podem servir para melhorar a imagem internacional do Brasil, foram frisadas a privatização e, conseqüentemente, o fim dos monopólios estatais e das reservas de mercado e, sobretudo, a equiparação do capital estrangeiro ao nacional. A participação do Brasil no MERCOSUL é considerada uma das medidas mais importantes em favor do prestígio do Brasil no Primeiro Mundo.

Como objetivo da política externa do Brasil, foi reconhecida ou considerada desejável a função do Brasil como “propulsor da integração econômica da América Latina”. Os empresários alemães-brasileiros consideraram necessário ou desejável, também, o papel do Brasil como porta-voz da América Latina na União Européia e a participação permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

A expectativa de um futuro fortalecimento do prestígio internacional do Brasil através das reformas econômicas ainda é vaga demais para os participantes da pesquisa, para poder acreditar no sucesso da política externa e transmitir o caráter moderno da atual política econômica do Brasil.

Para melhorar o prestígio do Brasil e facilitar sua integração na economia mundial foi feita uma série de propostas necessárias e amplamente aceitas. Estas medidas deveriam ampliar a abertura da economia brasileira. Se o abastecimento de energia estiver garantido, a abertura da economia assim complementada asseguraria um crescimento econômico contínuo, que seria fácil de expor e inteligível para o público externo. Serviria, então, para o aumento do prestígio brasileiro e, assim, para a ampliação das relações exteriores do Brasil, com a qual podem ser defendidos de forma mais eficaz os interesses nacionais dentro dos limites estabelecidos pelas circunstâncias internacionais.

Para tanto, a promoção das relações exteriores do Brasil não deve ficar restrita ao serviço diplomático. Ao contrário, o processo de esclarecimento e de divulgação deverá incluir políticos e cientistas da área político-econômica, bem como se valer dos serviços das câmaras de comércio e indústria no exterior e de outros contatos com associações de classe, sem deixar de lado também os contatos pessoais dos empresários, especialmente os representantes da economia alemã-brasileira. Dessa maneira, a área econômica do Brasil, que ainda é bastante desconhecida no exterior, inclusive na Alemanha, poderia ser promovida com argumentos eficazes.

3.4. Conclusão: resultados e perspectivas

Como a política externa de um país atua em conformidade com as políticas internas, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo, a política externa do Brasil sempre teve como meta o fomento do desenvolvimento econômico do país.

Desde o descobrimento do Brasil, começando pelos ciclos econômicos, a política externa, mesmo quando exercida por Portugal, sempre esteve voltada para a execução de metas econômicas. Exemplos evidentes são, no início da independência do país, a política cafeeira e, a partir dos anos 30, a política de substituição das importações, bem como, no final da década de 1980 e início da década de 1990, a abertura da economia brasileira.

O modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, designado na literatura sobre política externa como “nacionalismo brasileiro” ou, melhor, “nacional-desenvolvimentismo”, sempre esteve aberto à cooperação econômica. Este “modelo brasileiro”, baseado na economia de mercado e orientado primordialmente ao crescimento do mercado interno, almejava a participação estrangeira, atraindo, assim, capital e tecnologia.

O desenvolvimento do mercado interno acontecia, a partir da década de 1930, através de uma política sistemática de substituição de importações e de introdução de reservas de mercado para a indústria nacional, cuja amplitude sofreu alterações no decorrer do tempo.

A participação do Estado na economia variou constantemente, demonstrando crescimento até a década de 1980. Esta oscilação dependeu, também, do capital internacional disponível para tanto.

Este modelo brasileiro de desenvolvimento econômico começou, a partir de 1980, a enfrentar problemas originados, em primeiro lugar, da escassez de capitais provenientes do exterior. A crise da dívida externa interrompeu o crescimento brasileiro com endividamento externo; ela significou o ponto final da estratégia de industrialização, através da iniciativa estatal com financiamento predominantemente externo e o início de um processo de adaptação às modificações no fluxo internacional de capitais.

Em segundo lugar e paralelamente, as dificuldades do modelo brasileiro foram fomentadas pela política de reserva de mercado relacionada à substituição de importações. Esta política de proteção à indústria local, cujo modelo está na atuação econômica de diversos países do século passado, teve que abrir espaço ao novo ritmo internacional de pesquisa e desenvolvimento, que deixa rapidamente obsoleta uma indústria de um país quando se fecha à tecnologia moderna.

Estas dificuldades do modelo brasileiro “puro” foram reconhecidas no início da década de 1990 e, assim, a política do nacional-desenvolvimentismo foi modernizada com mais liberalismo e integração. A abertura da economia foi balanceada com uma política industrial, que corrige distorções relativas à necessidade de proteção da própria indústria, seja de capital nacional ou estrangeiro.

Em termos práticos não se constataram, neste final de 1995, para o empresariado e, conseqüentemente, para a política externa do Brasil, mudanças substanciais na base da economia:

- a economia de mercado prevalece enriquecida com mais responsabilidade social e ecológica;
- a substituição de importações ocorreu em conformidade com a evolução econômica liberalizada (abertura da economia flanqueada por uma política industrial) e a integração no mercado mundial foi fomentada com participação em blocos regionais;
- o Estado manteve o seu papel na industrialização, no que se refere aos investimentos de interesse nacional (por exemplo segurança e bem-estar) e investimentos sem interesse para o capital privado;
- o capital estrangeiro, que está intimamente ligado à industrialização brasileira, está agora equiparado ao capital nacional, o que facilita, também, o fluxo de tecnologia e a formação profissional dos trabalhadores;
- a intervenção do governo na economia está diminuindo embora lentamente com regras de mais longa duração e com a diminuição gradativa da burocracia.

Em suma, o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, que foi influenciado pelo pensamento neoliberal da década de 1980, está sendo adequado às necessidades de uma economia moderna e conseqüentemente prevalece, também, em meados dos anos 90, o “nacional-desenvolvimentismo”, agora contudo numa forma mais sofisticada e voltada à promoção da economia moderna do Brasil no contexto internacional, dando continuidade à sua característica marcante durante as décadas passadas.

As dificuldades de adaptação iniciais das empresas com relação à abertura econômica e a simultânea fase recessiva da economia do país fizeram com que o Brasil, no início da década de 1990, ainda não se tornasse interessante para o capital investido do exterior.

Apenas com o governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995,

puderam ser tomadas medidas mais amplas para a difusão da economia brasileira no exterior e puderam ser fornecidas informações melhor dirigidas sobre o desenvolvimento econômico do país para além-mar, o que aconteceu, entre outras, através da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo, com frequência maior a partir do último trimestre de 1994. Por isso, é de esperar-se que dessa maneira as medidas para a abertura econômica sirvam a médio prazo também para a melhoria da imagem internacional do Brasil, ampliando, portanto, as relações exteriores do país.

Todavia ainda continuam valendo as palavras escritas há 25 anos por Hans Jolowicz no primeiro manual em língua alemã sobre investimentos no Brasil: “Deve-se contar com o fato de que também os desenvolvimentos políticos adequados e as medidas econômicas importantes do governo podem atrapalhar o crescimento da empresa. A curto prazo, as oscilações sucessivas da conjuntura, como repetidamente se enfatiza, não devem assustar a matriz. O sucesso apenas pode ser avaliado a longo prazo.”¹²⁸

Notas

- 0 ZWEIG, Stefan. *Brasilien – Ein Land der Zukunft*. Ulm 1984. (Suhrkamp Taschenbuch 984, Wiederauflage der Erstausgabe von 1941), p. 62.
- 1 MEYER-STAMER, Jörg. “Industrialisierungsstrategie und Industriepolitik.” In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 304.
- 2 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*. Ein Reise- und Studienbegleiter. München, 1985 (Beck’sche Schwarze Reihe 804), p. 36.
- 3 CERVO, Amado Luiz. “Relações Internacionais do Brasil.” In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *Odesafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. (Coleção Relações Internacionais. Dirigida por Amado Luiz Cervo), p. 20 s, 29 s, 42 s.
- 4 FURTADO, Celso. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972 (Coleção: Perspectivas do Homem, Volume 92), p. 37 ss.
- 5 SCHIRM, Stefan A. *Macht und Wandel: Die Beziehungen der USA zu Mexiko und Brasilien – Außenpolitik, Wirtschaft und Sicherheit 1979 bis 1992*. Opladen, 1994, p. 55.
- 6 CERVO, Amado Luiz, op.cit. p. 45.
- 7 I. PND – Plano Nacional de Desenvolvimento 1972 até 1974 e II. PND 1974 até 1978.
- 8 MÜLLER, Jürg. *Brasilien – Geographische Strukturen, Daten, Entwicklungen*. Stuttgart, 1984 (Klett/Länderprofile), p. 169.
- 9 BOECKH, Andreas. “Die Zukunft der deutsch-brasilianischen Zusammenarbeit:

- Einige Anmerkungen zur kulturellen und technologischen Koopertion." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 12.
- 10 LIPKAU, Ernst Günther. *Brasil-Investitionen – Unternehmerische Motivation und Erfahrungen*. (São Paulo) 1977 (Editor: Deutsch-Südamerikanische Bank AG), p. 7.
- 11 LEGE, Klaus-Wilhelm (Org.). *Wirtschaftshandbuch Brasilien*. São Paulo, 1995 (Publicações da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo. Vol. 6), p. 31 ss.
- 12 FURTADO, Celso. *Die wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens*. München, 1975 (Übersetzung der mit handschriftlichen Verbesserungen des Verfassers versehenen 10. Auflage von "Formação Econômica do Brasil". São Paulo, 1970), p. 188.
- 13 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "O contributo da Alemanha à industrialização do Brasil." *Revista Brasileira da Política Internacional*. Ano 38, N° 1. Brasília, 1995, p. 42.
- 14 O carvão brasileiro é de qualidade relativamente ruim, isto é, possui um poder calorífico relativamente baixo, muitos componentes de cinzas, bem como enxofre na forma de pirita. MÜLLER, Jürg, op.cit.p. 210.
- 15 MÜLLER, Jürg, op.cit.p. 172.
- 16 Idem.
- 17 GÖRGEN, Hermann Matthias. *Brasilien – Landschaft, Politische Organisation, Geschichte*. Nürnberg, 1971 (Reihe: Kultur der Nationen – Geistige Länderkunde, Band 27), p. 261.
- 18 CSN de Volta Redonda: "símbolo da construção material do nacionalismo de Vargas e ponto de partida histórico do nacional-desenvolvimento." CERVO, Amado Luiz, op.cit. p. 52 s; CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 237-239.
- 19 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 35.
- 20 GÖRGEN, Hermann Matthias, op.cit.p. 273.
- 21 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 30.
- 22 Idem, p. 31.
- 23 FURTADO, Celso. *Die wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens*, cit.p. 154 ss.
- 24 SANGMEISTER, Hartmut. "Der schwierige Weg in den Weltmarkt: Brasiliens außenwirtschaftliche Beziehungen." In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 323.
- 25 KANITZ, Stephan Charles. *Brazil – The Emerging Economic Boom 1995 – 2005*. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 13 ss.
- 26 Até 1992, a dependência do Brasil de energia importada pôde ser significativamente reduzida para 22,4 %. KOHLHEPP, Gerd. "Bergbau und Energiewirtschaft." In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 297.
- 27 ZWEIG, Stefan, op.cit.p. 93.
- 28 Idem, p. 117.

- 29 SANGMEISTER, Hartmut. "Der schwierige Weg in den Weltmarkt: Brasiliens außenwirtschaftliche Beziehungen", cit.p. 323.
- 30 Na mineração e no setor hidrelétrico, bem como no setor bancário e de seguros.
- 31 BOECKH, Andreas, op.cit.p. 10.
- 32 Idem, p. 14.
- 33 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 77.
- 34 KRAFT, Lothar. "Deutschland und Brasilien im Amerika von morgen." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 14.
- 35 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 91.
- 36 GAESE, Hartmut. "Protektionismus und Faktormärkte in Lateinamerika und die Rückkehr zur Marktwirtschaft." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 13.
- 37 A chamada "década perdida" do ponto de vista econômico.
- 38 MESSNER, Dirk. "Die Europäische Union und der Mercosur in der Weltwirtschaft – Räumliche Dimensionen internationaler Wettbewerbsfähigkeit: Regionale Integration – Aufbau nationaler Wettbewerbsvorteile – regionale und lokale Standortpolitik." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 10 s.
- 39 BOECKH, Andreas, op.cit.p. 12.
- 40 MEYER-STAMER, Jörg, op.cit.p. 316.
- 41 "Há mais de 150 anos, a inflação é um fenômeno concomitante ao crescimento econômico brasileiro." WOGART, Jan Peter. *Stabilisierungs- und Wachstumspolitik in Brasilien – Die Bekämpfung der Inflation nach 1964*. Stuttgart 1974 (Schriftenreihe des Instituts für Iberoamerika-Kunde, Band 23), p. 11.
- 42 SANGMEISTER, Hartmut. "Zwischen Binnenmarkterschließung und Weltmarktorientierung: Probleme der brasilianischen Volkswirtschaft. Zur Einführung." BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 270.
- 43 BOECKH, Andreas, op.cit.p. 112.
- 44 FURTADO, Celso, *Die wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens*, cit.p. 172 s.
- 45 Tal como ocorreu nas experiências anteriores com o liberalismo brasileiro, também desta vez não houve condições de atrair capitais estrangeiros nem de despertar interesse à economia internacional numa participação no programa de privatizações. CERVO, Amado Luiz, op.cit.p. 53.
- 46 MESSNER, Dirk, op.cit.p. 7.
- 47 Um processo bilateral de integração entre o Brasil e a Argentina estava em andamento desde 1986, embora a política externa brasileira estivesse tradicionalmente orientada pelo multilateralismo. CERVO, Amado Luiz, op.cit.p. 53.
- 48 Em ambos os casos, cada país possui uma lista de exceções.

- 49 MESSNER, Dirk, op.cit. p. 3.
- 50 Desde 1991, a partir de 1º de janeiro de 1994 com os EUA, o Canadá e o México.
- 51 MESSNER, Dirk, op.cit.p. 23.
- 52 Idem, p. 24.
- 53 SCHOELLER, Wolfgang. "Struktur des Warenaustausches zwischen Schwellenländern und Industriestaaten – Deutschland und Brasilien in der EU." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 11.
- 54 HIRST, Monica. et PINHEIRO, Letícia. "A política externa do Brasil em dois tempos." *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 38, Nº 1. Brasília 1995, p. 19.
- 55 CERVO, Amado Luiz, op.cit.p. 26 s.
- 56 "Assim como a guerra de Napoleão trouxe indiretamente a independência política, a guerra de Hitler criou a indústria brasileira." ZWEIG, Stefan, op.cit.p. 129.
- 57 "Os aeroportos do Nordeste e os portos marítimos do Norte do Brasil a partir de então estavam à disposição para os reforços de homens e de material que partiriam da América para o campo de batalha no norte da África." GÖRGEN, Hermann Matthias, op.cit.p. 259.
- 58 ZWEIG, Stefan, op.cit.p. 18.
- 59 Segundo Stefan Zweig, o caráter pacífico do povo brasileiro é, antes mesmo dos aspectos industrial, financeiro e militar, o componente mais importante de sua cultura. ZWEIG, Stefan, op.cit.p. 17.
- 60 "De um modo geral, os alemães e os brasileiros sempre puderam desfrutar bom relacionamento, o que não significa que numa observação mais acurada não se apresentem certas diferenciações." SCHRADER, Achim. "Deutsch-brasilianische Beziehungen. Zur Einführung." In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main 1994, p. 586.
- 61 Contudo, segundo León E. Bieber, esses relacionamentos não demonstram uma linha coerente nem ampla. BIEBER, León E. "Brasil e Europa: um relacionamento flutuante e sem estratégia." In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 248.
- 62 GÖRGEN, Hermann Matthias, op.cit. p. 319 s.
- 63 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 71.
- 64 MÜLLER, Jürg, op.cit.p. 259.
- 65 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 75.
- 66 CERVO, Amado Luiz, op.cit.p. 20 s.
- 67 FURTADO, Celso. *Die wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens*. cit.p. 190.
- 68 ZWEIG, Stefan, op.cit.p. 117.
- 69 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 83.
- 70 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "O contributo da Alemanha à industrialização do Brasil", cit.p. 54 s.

- 71 ZWEIG, Stefan, op.cit.p. 114.
- 72 Idem, p. 115.
- 73 SCHIRM, Stefan A. *Macht und Wandel: Die Beziehungen der USA zu Mexiko und Brasilien – Außenpolitik, Wirtschaft und Sicherheit 1979 bis 1992*. Opladen, 1994, p. 189.
- 74 Esta meta já havia sido formulada durante o governo do Presidente Kubitschek em 1956." BIEBER, León E., op. cit.p. 241.
- 75 JACOB, Gerhard: "Die Zukunft der wissenschaftlichen und technologischen Zusammenarbeit zwischen Brasilien und Deutschland." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 11.
- 76 Entre outros, com a Alemanha. Em seu Conceito de Atuação na América Latina de 1995, o Governo Federal da Alemanha declarou como um dos pontos centrais de sua política externa "o intercâmbio de experiências entre as forças armadas" e "uma intensificação dos contatos militares", entre outras formas, "através da visitação mútua de tropas e embarcações." Bundesregierung." *Bundestagsdrucksache 13/1479*. Deutscher Bundestag, 13. Wahlperiode. Bonn, 23 de maio de 1995, p. 7.
- 77 MOLTSMANN, Bernhard. "Das Militär: Neuorientierungen in Zeiten der Krise." In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 239 ss.
- 78 "A proposta Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) nunca chegou a existir, apesar do apelo de certos setores militares no Brasil e na Argentina." SARAIVA, José Flávio Sombra. "Do silêncio à afirmação: Relações do Brasil com a África." In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 315.
- 79 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "Deutschland, Brasilien und das internationale Szenario." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 12.
- 80 HIRST, Monica, PINHEIRO, Letícia, op.cit.p. 19.
- 81 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 69.
- 82 Idem, p. 75.
- 83 KRIPPENDORFF, Ekkehart. "Brasilien und Deutschland und die neue internationale Ordnung." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 3.
- 84 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 75.
- 85 Manfred Wöhlcke avalia da seguinte maneira as múltiplas causas para o critério de desenvolvimento brasileiro: em primeiro lugar, o grande crescimento demográfico, depois a falta de good governance e finalmente o papel pouco construtivo das elites. WÖHLCKE, Manfred. "‘Land der Zukunft’? Einige kritische Anmerkungen zur Entwicklungsproblematik Brasiliens." In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 374.

- 86 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "Deutschland, Brasilien und das internationale Szenario", cit.p. 22.
- 87 KRAFT, Lothar. "Deutschland und Brasilien im Amerika von morgen." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 9.
- 88 SCHOELLER, Wolfgang, op.cit.p. 26.
- 89 CERVO, Amado Luiz, op.cit.p. 21.
- 90 KRAFT, Lothar, op.cit.p. 10.
- 91 KOHL, Helmut (Bundeskanzler). "Rede vor beiden Häusern des Kongresses in Brasília am 24. Oktober 1991." *Bulletin N° 125*. Presse- und Informationsamt der Bundesregierung. Bonn, 8 de novembro de 1991, p. 1007.
- 92 BUENO, Clodoaldo. "A política multilateral brasileira." In: CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 130.
- 93 MÜLLER, Jürg, op.cit.p. 260.
- 94 HIRST, Monica. et PINHEIRO, Letícia, op.cit.p. 19.
- 95 BUENO, Clodoaldo, op.cit.p. 66.
- 96 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "Deutschland, Brasilien und das internationale Szenario", cit.p. 12 s.
- 97 Idem, p. 11.
- 98 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil; as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949 – 1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 20.
- 99 Botschafterkonferenz Lateinamerika 1993. "Thesen zur Lateinamerikapolitik." Botschafterkonferenz Lateinamerika 1993 vom 8. bis 10. Oktober 1993 in Buenos Aires. *Bulletin N° 86*. Presse- und Informationsamt der Bundesregierung. Bonn, 14 Outubro de 1995, p. 978.
- 100 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 73.
- 101 PFETSCH, Frank R. "The Future of German-Brazilian Relations." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 8.
- 102 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "Deutschland, Brasilien und das internationale Szenario", cit.p. 24.
- 103 MÜLLER, Jürg, op.cit.p. 260.
- 104 PFETSCH, Frank R., op.cit.p. 9.
- 105 NOLTE, Detlef. "Kontinent der Zukunft? Geoökonomische Interessen der USA und Europas in Lateinamerika." *Blätter für deutsche und internationale Politik* N° 6. Bonn, 1995, p. 731.
- 106 SCHIRM, Stefan A. "Außenpolitik." In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 253.
- 107 "As políticas exteriores dos países do Sul – pelo menos é o caso do Brasil – centralizam suas preocupações em torno dos problemas do desenvolvimento." CERVO, Amado Luiz, op.cit.p. 15.

- 108 Sendo importantes ao final desse período a dissolução do conflito leste-oeste e a formação regional de blocos. SCHIRM, Stefan A. "Außenpolitik", cit.p. 243.
- 109 SCHIRM, Stefan A. "Außenpolitik", cit.p. 254.
- 110 "Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel tiveram por certo uma idéia de nação a construir por trás de seus planos de governo. A esta idéia quiseram conformar as duas faces da política, consignando à externa o aporte supletivo de insumos necessários à realização das metas e das fases internas do desenvolvimento." CERVO, Amado Luiz, op.cit.p. 19.
- 111 WÖHLCKE, Manfred. *Brasilien – Anatomie eines Riesen*, cit.p. 69.
- 112 "Ao contrário da Alemanha, os EUA evidentemente não tiveram nenhum motivo para apoiar a industrialização brasileira, para a qual eles apenas deixaram seu capital afluir quando isso não podia mais ser evitado." BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "Deutschland, Brasilien und das internationale Szenario", cit.p. 17.
- 113 SCHIRM, Stefan A. "Außenpolitik", cit.p. 249.
- 114 BRAND, Diana. *Die Wettbewerbsposition Deutschlands in Lateinamerika – Perspektiven des Außenhandels unter dem Einfluß der regionalen Integration*. Köln, 1993 (ifo Institut für Wirtschaftsforschung, Forschungsberichte der Abteilung Entwicklungsländer, N° 81), p. 107 e 152.
- 115 LEGE, Klaus-Wilhelm (Org.). *Wirtschaftshandbuch Brasilien*, cit.p. 90.
- 116 LIPKAU, Ernst Günther, op.cit.p. 5.
- 117 Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo: Informações regularmente atualizadas.
- 118 SANGMEISTER, Hartmut. "Die deutsch-brasilianischen Wirtschaftsbeziehungen: Solide Geschäfte zwischen ungleichen Partnern." In: BRIESEMEISTER, Dietrich (Org.): *Brasilien heute*. Frankfurt am Main, 1994, p. 629.
- 119 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "Deutschland, Brasilien und das internationale Szenario", cit.p. 24.
- 120 As tarefas da cooperação alemã-brasileira abrangem, segundo Elmar Altvater, a realização do programa do Rio, que inclui tanto a preservação do meio ambiente, quanto a diminuição das diferenças no desenvolvimento. ALTVATER, Elmar. *Technologie und Umwelt: Probleme der deutsch-brasilianischen Kooperation*. Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 20.
- 121 KOHLHEPP, Gerd. "Die Wissenschaftsbeziehungen zwischen Deutschland und Brasilien." Comunicação feita no *Simpósio Brasil-Alemanha*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo, agosto de 1995, p. 4.
- 122 SANGMEISTER, Hartmut. "Die deutsch-brasilianischen Wirtschaftsbeziehungen: Solide Geschäfte zwischen ungleichen Partnern", cit.p. 634 s.
- 123 LEGE, Klaus-Wilhelm. "Brasilien – Deutsche Wirtschaft gerät unter Zugzwang." *Tópicos – Cadernos Brasil-Alemanha*. Ano 34, N° 3. Bonn, 1995, p. 27.
- 124 NUNNENKAMP, Peter. AGARWAL, Jamuna P. *Lateinamerika im internationalen*

- Wettbewerb um deutsche Direktinvestitionen*. Kiel, 1993 (Institut für Weltwirtschaft Kiel, Kieler Diskussionspapiere, N° 215), p. 10.
- 125 “Já para a década de 1980, estimativas empíricas comprovam que as barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias foram muito mais um empecilho do que um estímulo para os investimentos diretos da Alemanha.” NUNNENKAMP, Peter. AGARWAL, Jamuna P., op.cit.p. 40.
- 126 Confederação Nacional da Indústria – CNI. *Custo Brasil*. Rio de Janeiro, 1995, p. 10 ss.
- 127 Bundesministerium für Wirtschaft (Org.): “Deklaration von Buenos Aires. Lateinamerika-Initiative der Deutschen Wirtschaft.” *Lateinamerika-Konferenz der deutschen Wirtschaft vom 6. und 7. Juni 1995 in Buenos Aires*. Dokumentation N° 375. (Bonn) 1995, p. 3.
- 128 JOLOWICZ, Hans. *Auslandsinvestitionen in Brasilien – Rechtsgrundlagen und Erfahrungen*. 2. aktualisierte und erweiterte Auflage. Hamburg 1977 (Reihe: Private Auslandsinvestitionen in Lateinamerika, Band 6. Hrsg. Albrecht von Gleich. Erste Auflage 1974, als Bearbeitung der Bände 1 und 3 von 1970), p. 392.

Resumo

O trabalho sobre a abertura da economia brasileira e sua repercussão sobre as relações exteriores do Brasil está apoiado na mais importante literatura econômica sobre o Brasil, publicada recentemente na Alemanha, e numa pesquisa realizada entre representantes empresários alemães e alemães-brasileiros (no Brasil e na Alemanha), bem como nas exposições realizadas por participantes alemães no Simpósio Brasil-Alemanha, de 1995. Disso resultou que a influência da economia sobre as relações externas é vista neste ensaio de uma perspectiva predominantemente alemã.

Visando a um melhor entendimento da liberalização da economia brasileira e das conseqüências sobre a política externa, foram expostos a história econômica anterior e o desenvolvimento da política externa brasileira, de forma a possibilitar conclusões sobre a situação que se apresenta em meados da década de 1990 e sobre o desenvolvimento futuro.

A ligação entre economia e política externa não é vista de forma apenas teórica, mas também prática, isto é, na forma de como a influência dos processos econômicos e das medidas político-econômicas repercutem sobre as ações da política externa, que então se sedimentam nas relações exteriores. No Brasil, a política externa parece representar apenas uma função intermediária, configurando-se mais como reação do que como ação efetiva. Isso fica claro nos resultados da pesquisa realizada entre empresários alemães e alemães-brasilei-

ros, que não permitiram entrever nenhuma melhoria do *standing* econômico do Brasil na Alemanha como conseqüência da recente abertura econômica.

A abertura econômica do início dos anos 1990, considerada por uma parte significativa do empresariado como extraordinariamente importante para o futuro do Brasil, adaptou o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico às necessidades de uma economia mundial mais moderna. As medidas mais comentadas publicamente, isto é, o relaxamento cambial e a privatização de empresas estatais, contudo, não alteraram a essência do antigo modelo nacional-desenvolvimentista.

A reação neoliberal ao comportamento estatizante na década de 1980, encontrada nos principais países do mundo, não revolucionou o modelo brasileiro, que está sendo simplesmente adequado a uma economia mais moderna. Conseqüentemente, o “nacional-desenvolvimentismo” prevalece, também, em meados dos anos 90, desta vez, entretanto, na forma mais sofisticada e voltada à promoção da economia moderna do Brasil no contexto internacional, dando continuidade a sua característica marcante durante as décadas passadas.

Abstract

The study about the opening of the Brazilian market and thus of its foreign relations is based essentially on the leading economic literature about Brazil recently published in Germany, and on a survey carried out amongst German and German-Brazilian entrepreneurs in Brazil and Germany, as well as on the expositions of German participants of the German-Brazilian Symposium, in 1995. That is why the influence of the economy on foreign relations is observed primarily out of a German perspective.

In prospect of a better understanding of the liberalization of the Brazilian economy and its consequences on foreign policy, economic history and developments of Brazilian foreign policy were displayed in such a way that conclusions about the current and future situation can be achieved.

The relationship between economy and foreign policy cannot only be seen in theory, but it can also be observed in practice as influence of economic developments on foreign political actions which in turn affect foreign relations. In Brazil, foreign policy obviously has just an intermediate function, which reacts more than it acts. This becomes apparent in view of the results of the survey among German and German-Brazilian entrepreneurs, which do not show any improvement of the economic *standing* of Brazil in consequence of the recent opening of the economy.

The opening of the economy in the early nineties, considered extremely important by a significant group of entrepreneurs for the future of Brazil, lead to an adaptation of the Brazilian model of economic development towards the requirements of a more modern world economy. However, the mostly commented measures, this is the relaxation of exchange policy and the privatization of state-owned enterprises, have not changed the essence of the "national-developmentism".

The neoliberal reaction to nationalization in the eighties, observed in the most important economic powers of the world, has not revolutionized the Brazilian model, which is being adapted to a more modern economy. Thus, the "national-developmentism" also prevailed in the mid-nineties, but in a more sophisticated manner, aiming for the promotion of a modern Brazilian economy in the international context and continuing its traditional characteristics of the last decades.

Contents

ROUTES OF CONCERN

- | | |
|---|----|
| The External Dimensions and the Geopolitical Determinants of the European Construction
<i>Alice Landau</i> | 5 |
| Foreign Relations of MERCOSUL: A Brazilian Approach
<i>Marcelo de Almeida-Medeiros</i> | 31 |
| The Opening of the Brazilian Market and its Consequences on Brazil's Foreign Relations
<i>Klaus-Wilhelm Lege</i> | 59 |
| Brazil-Venezuela: The New Integration
<i>Danielly Silva Ramos</i> | 99 |

FIRST INSTANCE

- | | |
|--|-----|
| The Dimension of the British Occupation of the Brazilian Island of Trindade, 1895-1896
<i>Nicélio César Tonelli</i> | 112 |
| Multiculturalism and Foreign Policy: The Brazilian Case
<i>Amado Luiz Cervo</i> | 133 |
| The French Imaginary about Brazil and Brazilians: The Diplomatic Papers of the 1930s
<i>Vavy Pacheco Borges</i> | 147 |

INFORMATION

- | | |
|---|-----|
| Note
Mongolia as a New Actor in North-East Asia
<i>Amaury Porto de Oliveira</i> | 170 |
|---|-----|

- | | |
|--|-----|
| Reviews | 173 |
| Review Articles: Amado Luiz CERVO, <i>Recent Studies on International Relations</i> . Alcides Costa VAZ, <i>International Relations and Foreign Policy: Argentine Studies</i> . | |
| Reviews: Pierre GERBET, <i>La construction de l'Europe</i> . Paulo G. F. VIZENTINI, <i>Relações internacionais e desenvolvimento</i> . J. A. Lindgren ALVES, <i>Os direitos humanos como tema global</i> . | |